

“O Sertão virou mar”: a Usina Hidrelétrica Serra do Facão e as desapropriações do entorno do rio São Marcos (2000-2010)

KALLIANDRA DE MORAIS SANTOS ARAUJO¹

Poucos assuntos despertam tanto a atenção das mídias e da comunidade em geral quanto as questões referentes à preservação. Se associada a isso estiver a questão ambiental, será motivo de ocupar as primeiras páginas dos jornais e revistas. Recentemente, a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, no Pará, teve lugar de destaque na imprensa; muito se discutiu sobre patrimônio histórico cultural, meio ambiente, as questões indígenas e as necessidades energéticas do país. Tal temática suscitou questionamentos sobre a preservação da cultura de um lugar, de um povo, de uma paisagem, e mais que isso, sobre a conquista e a corrida pelo desenvolvimento sem levar em conta os possíveis danos causados por uma grande interferência socioambiental.

Tratados mundiais, acordos para a redução de emissão de gases, congressos sobre sustentabilidade, discursos políticos e partidos que fazem da causa ambiental sua bandeira são iniciativas que há algum tempo vêm chamando a atenção do mundo para a degradação de nosso planeta. É no contexto desse debate que o Brasil sediou a ECO 92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que colocava em pauta a importância de um modelo de desenvolvimento que passasse a se preocupar em conciliar crescimento econômico e preservação dos recursos naturais. A preocupação com a ecologia foi fundamental para que se repensasse historicamente a questão do desenvolvimento aliada à não agressão ao meio ambiente, afirmam os estudiosos (Melnik e Sigaud, 1998; Vianna, 1992; Costa et al., 1990b).

A partir da minha experiência no Programa de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, da Universidade Federal de Uberlândia, essas têm sido questões presentes no meu dia a dia. Em 2009, realizamos uma pesquisa no Sudeste Goiano, junto a comunidades afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão. O empreendimento UHE Serra do Facão atinge a zona rural dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cristalina, Davinópolis, Paracatu e Ipameri. O objetivo foi documentar as práticas culturais populares, por meio de entrevistas, fotos e filmagem, tendo em vista a proposta da pesquisa de conhecer a dinamicidade da cultura local, e

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

estabelecer através de entrevistas, depoimentos e histórias de vida, a história local pelo ponto de vista dos sujeitos sociais afetados.

Em seu texto “Culturas populares”, Certeau (CERTEAU, 1994, p. 114) discorre sobre as estratégias, astúcias e táticas, adotados ao longo desse processo de resistências e imposições, e explica que

Mil maneiras de jogar, desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas

Cada sociedade produz seu espaço e determina os ritmos de sua vida expressando sua função social, projetos, desejos. Quando uma interferência externa, um rompimento programado no ritmo natural da vida, recai sobre uma sociedade, nos faz pensar até que ponto a questão cultural é fator determinante para o homem do campo resistir e permanecer existindo como pequeno produtor, frente a tantos investimentos e avanços tecnológicos.

O referencial que sustenta nossas análises se vincula à História Cultural (CHARTIER, 1998, 2003, 2006; BURKE, 2000), uma vez que essa perspectiva permite pensar as múltiplas conexões entre o passado e o presente, entre o real e o imaginário, entre a vida material e as dimensões simbólicas da sociedade (BHABHA, 2001; GINZBURG, 1987; HALL, 2003; THOMPSON, 1998). Sob essa leitura podemos compreender as falas dos atingidos, as memórias que persistem e as que são ressignificadas, os medos e a angústia de quem se vê impelido a adaptar-se a novos ambientes. As resistências, as astúcias e estratégias são amplamente verificadas nas práticas do dia a dia, na maneira de receber, “jogar e desfazer o jogo do outro”. (CERTEAU, 1994).

Considerando essas ferramentas e à luz da História Cultural, temos a condição de desenvolver um trabalho consistente do ponto de vista historiográfico, identificando nas formações e manifestações culturais representações simbólicas, sendo assim uma maneira de pensar o social enquanto uma teia de complexas relações e significados. Assumimos com Chauí que (CHAUÍ, 1992, p. 31):

[...] a cultura é mais do que belas artes. É memória, é política, é trabalho, é História, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa etc. Ali onde seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injúria, ali há cultura.

A cultura é sempre o lugar da pluralidade e por isso abarca esse vasto leque de possibilidades. Esta reflexão se beneficia das contribuições de Stuart Hall, em seu texto sobre cultura popular (HALL, 2003, p. 257-258):

A Cultura Popular considera o domínio das formas e atividades culturais como um campo sempre variável. [...] O significado de uma forma cultural e seu lugar ou posição no campo cultural não está inserido no interior de sua forma. [...] O significado de um símbolo cultural é atribuído em parte pelo campo social ao qual está incorporado, pelas práticas às quais se articula e é chamado a ressoar. O que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados [...] o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela.

A construção de uma barragem consolida um processo de deslocamento territorial, o que conseqüentemente significa mudanças nas cidades de toda a região, que sofrerão com um êxodo rural compulsório. Distanciados da margem do rio, os moradores terão que se adaptar à nova realidade imposta para eles, criar novas margens para seu cotidiano.

Dona Eva e seu Lázaro, moradores da comunidade de Rancharia, evidenciam a oposição ao que a princípio era temido e depois, numa outra etapa, chega a ser desejado. Dona Eva nos conta:

[...] de primero eu num queria nem sabê! Era o fim du mundo pra nós aqui. Nós tinha medo de nós sê passado pra traiz. Mais aí veio o Ivan [funcionário da Sefac intermediador empreendimento e afetados] e bem ali, de baixo daquele pé de manga ali na horta, na minha horta mesmo, ele mandô nós juntá os moradô da comunidade que ele ia xplicá tudo direitim pra nós intendê que ele num podia mais fazê nada. Que agora a barrage vinha, mais que nós num ia sê prejudicado. [...] Eu num sei de que eles tanto crama [reclama], a Sefac é uma mãe pra nós!²

² Eva Dias Carneiro. *Depoimento*. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 22 jan. 2009.

Dona Eva e Seu Lázaro são moradores queridos pela comunidade em que estão inseridos. O simples fato das reuniões sensibilizadoras serem realizadas sob o pé de manga na fazenda de um deles dá credibilidade ao que vai sendo explicado e solicitado a eles. A aceitação se configura pela maneira de “fazer o jogo do outro e desfazer outros jogos”. Do medo passa-se à confiança, de tal forma que um dos membros da família de Seu Lázaro e Dona Eva foi batizado com o nome do mediador entre a empresa e os atingidos.

Tudo é remexido, mais que rupturas culturais e sociais, há uma preocupação recorrente nas falas dos atingidos quanto a que tipo de trabalho seria viável economicamente, visto que ali ainda prevalecia a economia de subsistência. Vale ressaltar que, diferentemente da agricultura patronal, cujo objetivo é a produção de grãos para exportação, o papel da agricultura familiar é a produção de alimentos básicos para suprir as necessidades familiares e produzir gêneros alimentícios com preços mais acessíveis para o mercado interno, ou seja, para consumo deles próprios e de seus vizinhos. No município de Catalão, esse grupo de produtores vive no Cerrado há mais de cinco gerações, praticando a agricultura predominantemente tradicional, além de reproduzir sua cultura, manifestada através do convívio familiar e com os vizinhos, festas, dentre outras práticas características.

O Estudo dos Impactos Ambientais (EIA), concluído em 2000, apontava algumas dessas incertezas e angústias que deveriam ser estrategicamente resolvidas pela empresa. Cabe assinalar que, no Brasil, após estudos do potencial hídrico, o Ministério das Minas e Energia faz a licitação e o consórcio ganhador contrata uma empresa para fazer os estudos de impactos ambientais – EIA e RIMA (Relatório de Impactos Ambientais), que devem ser realizados por uma equipe técnica especializada, avaliando quais seriam os possíveis impactos e apresentando ações para mitigar os danos. Entretanto, tão importante quanto o EIA e o RIMA para licenciar o empreendimento hidrelétrico é o Projeto Básico Ambiental-PBA. Esse subsidia a emissão da licença para instalar a usina, permitindo, assim, o início de sua construção.

A SEFAC, segue passos comuns a toda construção de hidrelétricas, entre eles a demarcação da área, o cadastro fundiário e o socioeconômico. Este último traça o perfil da comunidade afetada, e é elaborado por profissionais das áreas de psicologia,

cientistas sociais, engenheiros de recursos hídricos, civis, agrônomos, florestais, geólogos, biólogos, economistas, arqueólogos e sociólogos.

Diante dessa análise do EIA, a empresa percebe diferenças em relação ao homem goiano e os de outras regiões do país, por isso as estratégias estabelecidas requeriam ações particularizadas, tal como foi informado por Mônica Aguiar:

[...] Porque no sul o MAB [Movimentos dos Atingidos por Barragens] é extremamente forte, mas lá, como todo movimento, ele ocupa os espaços da insegurança daqueles que estão ali, do desconhecimento [...] Aqui a gente criou duas equipes pra que houvesse um canal de interlocução com eles [...] e serviu de referência por um longo tempo, o que não impediu que ocorressem algumas manifestações, descontentamentos, renegociações, solicitações e pedidos para construção de equipamentos sociais. É fundamental estabelecer relações de confiança, de transparência, tanto que a gente contratou 4 filhos de proprietários atingidos. Foram escolhidos porque conhecem a região e porque a gente os considerou também competentes para fazer análises mais justas. Tanto é que escolhemos algumas comunidades para reuniões com os afetados para explicar o projeto, ouvir as dúvidas e nessas situações recebemos solicitações, tais como: telefones e internet para zona rural, construção de centros de convivência, campo de futebol, ambulância, ponte, entre outros.³

O desenraizamento de um povo resulta na perda de importantes referências que antes regiam suas vidas: a maneira como eram distribuídas as residências, as redes sociais de reciprocidade e afinidade, a organização social.

Em tempos de redefinição, a discussão sobre as formas de agrupamento enquanto classe social vem à tona, principalmente sob a acusação de que o MAB é autóctone. Pertencer ou não a uma classe, segundo Thompson (1979), requer considerar a ideologia que faz de cada um consciente de que há algo que os une. O conceito de classe social tornou-se senso comum na atualidade. Falamos de classe na economia, na educação, na cultura; as pesquisas nos classificam em classes, porém, muitas vezes, não sabemos o real significado e como se dá a construção desse conceito. No caso de nosso estudo, o aspecto mais importante é se reconhecer inserido entre seus pares, o que, evidentemente, move uma espécie de ação conjunta ou ação coletiva. Thompson explica (THOMPSON, 1979, p.67):

A ação coletiva é a principal expressão da classe social. É através dela que podemos enxergar a classe social, pois a ação seria a conjunção de

³ Mônica Aguiar. Memória da reunião do projeto de Preservação Histórico Cultural. *Depoimento*. Catalão, 25 mar. 2009.

interesses de uma determinada classe. Estes interesses podem ser imediatos ou em longo prazo. Os interesses imediatos são aqueles traduzidos em reivindicação salarial, melhores condições de trabalho, baixa no custo de vida, etc; interesses que regem a vida de todos pertencentes a mesma classe, independente da posição na produção. São interesses que de uma forma espontânea e sem reflexão une um determinado grupo de indivíduos. A partir do momento que este grupo passa a refletir sobre suas condições de vida, trabalho, social e que a sua relação com o grupo detentor dos meios de produção é de explorado, os interesses passam a ser conduzidos para ações de maior vulto. Estes são considerados interesses em longo prazo e podem ser vistos como frutos da consciência de classe. São esses interesses que movem as classes sociais, no caso marxista, o proletariado, a uma ação coletiva que visa o fim do regime capitalista. Sendo assim, a consciência de classe é que gera a ação coletiva.

Thompson dá grande importância ao fator cultural, que é o pano de fundo de nossa pesquisa, para analisar a experiência na formação da classe social (THOMPSON, 1979, 2001a, 2001b; FERNANDES, 2001; MARX, 1971). Apesar de sua filiação marxista, sempre pontuando as relações de produção como fatores determinantes das classes sociais, Thompson demonstra como as classes sociais são reais e não apenas abstrações estruturadas para categorizar os grupos sociais. Em suas palavras (THOMPSON, 1987, p. 10):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma

Considerando o trecho destacado acima, podemos ver, a consciência de classe se constrói através das experiências vividas pelo grupo social, expressas nas formas culturais. As tradições, costumes, valores são frutos de uma vivência em comum, de um grupo social. A consciência de partilhar interesses iguais e identificar-se com estes e com os membros do grupo social é que, para Thompson, formam a classe. A classe não existe sem a consciência. Fazer parte de uma classe é identificar-se com seus valores e seus interesses, consciente de que estes são partilhados por todo o grupo.

A classe, apesar de ser um “ente abstrato”, que é utilizado pelos teóricos como moeda corrente, torna-se real nos escritos de Thompson. A classe, para ele, “[...] é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.” (THOMPSON, 1987, p. 12).

Sob este aspecto, classe é um conceito, porém, sob o viés ideológico esse conceito é construído no cotidiano. Sendo assim, mais do que definir a que classe pertencemos, devemos observar as ações que empreendemos, as práticas que utilizamos, pois elas refletem e constroem a nossa posição na sociedade. Mais do que estatísticas, são as nossas ações que demonstram quem realmente somos nessa sociedade.

As famílias desapropriadas formam uma classe, se considerarmos que elas trazem consigo uma experiência comum, e não uma tomada de consciência de pertencimento de uma classe. O que as une é o fato de que todas as famílias atingidas pela construção de barragens, sem exceção, serão empurradas, porém não sem resistir, para a periferia das cidades, deixando de produzir para serem meros consumidores, aumentando os problemas sociais e econômicos da cidade, ocasionando também a diminuição da produção de alimentos básicos para a vida, e acarretando o aumento dos preços desses gêneros alimentícios, como ocorreu na construção da UHE Serra da Mesa no Norte de Goiás.

Assim como em águas turvas, a vida nesse contexto, sempre é estremecida. O clima quente e seco evidencia a dimensão do constrangimento inicial que os moradores sentiram com a constatação e irreversibilidade da chegada da barragem Serra do Facão, agora com data marcada. O Sr. Lázaro Cardoso de Oliveira nos conta como foi a sensação inicial diante do fato quase consumado. Para ele, a princípio, foi um momento de angústia frente ao novo. Sua fala é movida pelas lembranças de um tempo em que a correnteza fugia ao seu controle. Ele relata como foram as primeiras reações e o encontro dos afetados com o MAB, quando se mobilizaram e foram até Brasília, na expectativa de serem recebidos pela ministra do Meio Ambiente⁴, e a Goiânia, para falar e ouvir algum direcionamento do governador Marconi Perillo⁵:

⁴ Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente de 2003 a 2008.. Nesse período recebeu uma parte dos atingidos pela barragem Serra do Facão em seu gabinete. Havia uma audiência marcada com ela, porém não foi possível receber a todos devido ao volume de atingidos que estava à espera por alguma solução.

⁵ Marconi Pereira Perillo Júnior assumiu o Governo do Estado de Goiás de jan. de 1999 a março de 2006 pelo partido do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e foi sucedido em março de

[...] Nós foi umas cinquenta pessoas no ônibus, pra lá. Todo mundo atingido, aí eles falou que não, que aqui num lugar disprodutivo, então o lugar foi iscuído [escolhido], porque ela [a terra] num tinha produção de nada. E o outro diputado falô que não, que todo lugá, quem tinha uma terra, que todo mundo que vivia naquele lugá, cum produção pequena ou grande, (mais eles vivia lá tranquilo), que nós tava é organizandu uma coisa, que nós tava atrapalhanu os eleitor dele, que ele nem podia ganhá a eleição em Catalão mais, e aí o outro respondeu: “- Quem mora lá tem sua produção, tem sua oportunidade que tá lá, se ele nunca mudô, se ele nunca robô, se ele nunca matô, ele tá lá, então ele vive daquilo lá. Aquilo lá é um lugar que eles gosta, então ocê tem que dá uma dedicação pra ajudá eles e não povidicá [prejudicar]. Aí o que ele respondeu pra nós assim: “- Não, eu dei o armoço disinteressado pro cêis aqui, não interesso no que ocêis tá falando e nem o que ocêis é.” O que ele falô pra nós foi assim, aí aqueles diputado tudo foi falando, aí veio os secretário do Perilo e falou assim: “- Não, isso é uma coisa que tem que ser resurvido é antes da barrage, mais na hora que tivé sendo cunstruído vai sê tudo risurvido, porque eles não vão dá prijuízo ocêis, porque essa firma num dá prijuízo aos outro. E tem muita gente aqui dizendo que a Serra da Mesa, do Tucuruvi não pagô, mas isso é um dispeito que eles pode até tê, mais que eles vai ser beneficiado eles vai sê, eles vai beneficiá todo mundo, mudá suas nergia, mudá seus barraco, mudá suas casa, mudá suas terra. Só assim, o governadô chegô e fez um tchau, que é o Perillo, só deu continênça pra nós e virô as costas e num apareceu mais, mais ele mandô o secretário dele [...]. É, ficô naquela, uns falava: “- Pode prantá.” Uns falava que isso vai demorá uns dez anos, outro que vai demorá cinco ano...E isso eu fui um pouco perdendo a crença, fui abandonandu as coisas, porque nós num sabia se nós ia tê uma produtiva boa, se nós tinha arguma coisa que num ia cunviniá [convir]. Pra nós, nós foi ficanu daquele jeito. Aí, depois eu fui lá, conversei cum chefe lá, que era o Ivan, e ele falô assim: “- Nós vamo ter uma reunião lá co cêis, nós tem que procurá uma casa, uma árvore, um lugar, um trem que tem uma providade [providência]”, e chamô a comunidade intera pra nós ixpricá, aí nós marcô pra cá, e todas reunião da SEFAC foi aqui...”⁶

Diante dessas incertezas, o bispo da Diocese de Ipameri, juntamente com outras pessoas da região buscaram, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), contato com outros grupos que já tinham vivido a experiência da construção de barragens, e desse momento em diante o MAB, que na verdade é um apêndice da CPT dentro da Igreja Católica, passa a fazer parte desse cenário, organizando reuniões com os afetados pela barragem e até mesmo frequentando as reuniões da empresa com a comunidade. Esse bispo, Dom Guilherme Antônio Werlang, foi indicado por quase todos os afetados

2006 pelo Governador em exercício Alcides Rodrigues, do PP (Partido Progressista). Perillo exerceu o cargo de Deputado Federal pelo Estado de Goiás de fevereiro de 2005 a dezembro de 1998 e atualmente é Senador, sendo seu mandato de fevereiro 2007 a fevereiro 2015.

⁶ Lázaro Cardoso de Oliveira. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 22 jan. 2009.

como a mais expressiva referência para explicar o envolvimento inicial com o MAB. Ele assim opina:

[...] em princípio eu sou contra a construção de barragens, especialmente quando nós temos quatro modelos de geração de energia elétrica e baseado num modelo da hidroprodução, quando nós temos “n” outras possibilidades da energia: a eólica, solar, enfim, nós temos muitas outras. Quando você chega em Brasília, tem uma coisa que tá errada, mas quando você chega com uma montanha de dinheiro, de repente a coisa foi aprovada! Eu não tenho como provar que aqueles são membros, ou seja, do Ibama, ou seja, qual o órgão do governo se perdeu. Mais são sinais muito fortes. Então eu não posso dizer assim: “-Venderam-se. Foram comprados”. Mas é a mesma coisa eu dizer: “-Alguns, digamos, um animal que tem orelha de elefante, pata de elefante, tamanho de elefante, pelo de elefante, tromba de elefante, não é elefante”. Então, nós temos indícios muito fortes, especialmente quando em todos os pontos pipoca a corrupção.⁷

Foi a partir dessa convicção que Dom Guilherme, que também é membro atuante da CPT, propôs que fossem feitas reuniões nas comunidades, na paróquia e comandou programas na rádio de Catalão. O bispo, a essa altura, buscava articulação com integrantes do MAB, que vinham do sul para organizar a resistência em Goiás. Assim ele relata sua participação:

[...] um pastor, ele vê o seu rebanho ser atacado, ele não pode ficar cego, surdo e mudo, ele tem que ir em defesa desse rebanho. Defender esse rebanho significa, em primeiro lugar: a justiça com essas famílias. [...] aí eu fui à CPT em Goiânia, eu fui ao Ministério Público de Goiânia, no Federal, no Estadual. Conversei com um delegado do Meio Ambiente, todos prometeram tomar providências, mas nada acontece. Isso nós sabemos, o povo promete: “-vamos atender você”, mas num acontece. A empresa vai fazer de qualquer jeito, porque quem manda é o capital. Não é a pessoa humana! O lucro é o centro do mundo moderno. Tudo gira em torno do lucro. Se daí você precisar privatizar o ar, você vai privatizar o ar, uai! Você ia rir há trinta anos atrás se você ouvisse que iam privatizar as águas. Esse rio São Marcos tá privatizado pela concessão, porque o Governo Federal, que é o dono do rio, concede por trinta, trinta e cinco anos um direito de uso e de exploração. Ora, eu sabia que o rio era dos animais e das pessoas. Agora não, ele é de quem tem o direito de uso dele.⁸

⁷ Guilherme Antônio Werlang, Bispo da Diocese de Ipameri. *Depoimento*. Ipameri-GO, 29 out. 2009.

⁸ Guilherme Antônio Werlang, Bispo da Diocese de Ipameri. *Depoimento*. Não é bem correta a afirmativa que o Bispo faz quanto à privatização. Como já explicamos anteriormente, as empresas são sócias do empreendimento e receberão como lucro pelo gasto energético, todavia a energia será gerada para todo o país sob o controle da ANEEL.

Houve ainda processos abertos contra padres e outros militantes do MAB. Sobre este episódio, Padre Orcalino foi responsabilizado judicialmente. Ele faz críticas ao empreendimento e às formas de coação adotadas pela empresa. Em sua fala fica evidente sua insatisfação com o posicionamento do poder público, que, segundo ele, recebeu verbas para que os militantes fossem neutralizados, além dele também receber uma proposta para que deixasse de ser um empecilho para a instalação da barragem e também de aliasse ao grupo, como nos conta:

A igreja deu apoio ao MAB. A gente entra nessa situação não é de caso pensado, é porque a injustiça que a gente vê nos leva a isso. O município recebeu dinheiro para se aliar à empresa e continua recebendo muito dinheiro, criaram muitas regalias aqui para a prefeitura, mas não porque eles são bonzinho, porque é um jeito de puxar a força pro lado deles.[...] Me procuraram duas moças, vieram aqui me oferecer: “- o senhor faz direitinho o projeto da empresa que a empresa vai construir qualquer coisa que o senhor quiser.” Eu disse:”- Se não tem vergonha de vir aqui e fazer uma afronta dessa? Você me respeita! Você sabe que eu já to num processo por causa dessa briga com vocês e você ainda vem aqui me oferecer dinheiro? É uma vergonha!” [...] Se o governo fosse coerente, todo mundo receberia o que é justo, o que deve [...] o povo fica à mercê deles. [...] a presença da igreja foi muito importante. A igreja foi muito importante, uns dizia que ela era a luz no fim do túnel. Não só a igreja, mas a presença do padre, dos professores da universidade.⁹

Resistir é, antes de tudo, criar formas de continuar existindo a partir do ato de enfrentamento. Especificamente no vale do rio São Marcos, estamos lidando com um acontecimento onde sequer a poeira da História levantou; onde a palavra de ordem talvez seja a incerteza. Mais que uma luta para resistir, o MAB interfere na forma de organização dos atingidos. MAB, Igreja, Universidade, alunos e comunidade se posicionam contra a barragem. A situação foi se transformando à medida que os atingidos percebem na resistência, a única possibilidade de permanecerem na terra.

Muitas foram as formas de tentar resistir. As astúcias combatiam as estratégias da empresa na medida do possível. Aline, também aluna do curso de geografia, nos conta que os recursos do MAB eram ínfimos perante o investido pela empresa para orientar os moradores:

⁹ Padre Orcalino. *Depoimento*. Catalão-GO, fev. 2009.

*Impossível competir, o jornal nosso era em preto e branco, xerocado em folha comum, o deles eram com imagens digitalizadas, papel próprio, além de conseguirem fotos de moradores antigos da região sempre rindo e abraçados aos mentores da empresa. [...] Eles ainda contavam com a opinião pública que divulgavam eles dando sacolinha com remédio, levando brinquedos nas periferias. Toda a comemoração da cidade tinha a Serra do Facão, parecia que antes deles não tinha cidade, tudo era eles que iam fazer [é o que ela denuncia que as mídias divulgavam.] [...] Pesava também o fato deles divulgarem a idéia que quem não resistisse seria indenizado primeiro e melhor. Diante do medo de não receber, as resistências foram dando lugar à aceitação. Isso segregava o grupo, desmobilizava.*¹⁰

Margeando o rio São Marcos, nas suas trilhas muitas foram as histórias que aguçaram nossos sentidos e imaginação. Essas histórias vinham acompanhadas de café com pão de queijo, demonstrando a hospitalidade do homem do campo. Entre um cafezinho e outro, fomos servidos de histórias; uma boa prosa surgia embebida de emoções que, por vezes, nos surpreendiam, as lágrimas que caíam apontavam para um futuro de incertezas; para alguns, principalmente os mais velhos, uma forma de (re)começo, e para outros, uma sensação de inadaptação frente ao novo. As lembranças, às vezes, deixavam os olhos rasos d'água e a voz “custosa de sair”. Seu Osiris Pimentel Ulhôa chorou literalmente pela Fazenda “Meu Cantinho”¹¹, e agora reconstruirá um cantinho para chamar de seu. Esses nomes carinhosos marcam o apego a terra e à vida no campo:

*[...] eu sou viciado em pescaria, desde menino. Eu tinha loja de material de construção, não tinha um mês de maio que eu não saísse 30 dias pra pescar. Apareceu esse pedacinho aqui, nós compramos... E eu falei: “- Agora, vou fazer uma casa numa beirinha do rio pra mim morrer aqui. Quero morrer na beira do rio”. Aí veio a SEFAC e me tirou, né? Mas o meu sonho era morar na beira do rio. Eu fico num sentimento de tá mudando de lá daquele pedacinho que eu construí! E agora vai inundar, vai virar lago, os peixes serão outros, né? Mas, ah! Eu tenho esse aqui agora, tô fazendo uma casa no alto ali, pra ficar olhando o lago lá de cima, né? Mas pescadô mesmo [...] o rio, o rio em si, as qualidades de peixe que existia vai desaparecer, né? Um ano, dois anos depois ainda vai pegar algum peixe que a gente acostumava pegar. Eu acho terrível essa mudança! [...] Quando a gente é forçado a mudar sem querer! É obrigado a sair sem querer! É obrigado a aceitar o dinheiro que quiserem pagar, eu num quero vender, mas é obrigado a vender! Dói, viu? [...] É, dói! A parte sentimental dói. Mas... é a vida, né? A gente aprendeu já a tomar muito tranco, né?”*¹²

¹⁰ Aline da Silva. *Depoimento*. Catalão-GO, fev. 2009.

¹¹ Fazenda que teve a maior área atingida pela construção da barragem, de propriedade do Sr. Osiris Pimentel Ulhôa.

¹² Osiris Pimentel Ulhôa. *Depoimento*. fev. 2009.

Os moradores se identificam e se reconhecem em suas terras. As águas do rio São Marcos impõem respeito, medo e admiração. Há quem viva dele, trabalhe nele, como o Sr. Rui, que se automeia Rui Balseiro, como se a profissão fosse seu sobrenome. O Sr. Rui Corrêa da Paixão faz a travessia da balsa há 39 anos. A sua vida profissional é no movimento das águas, bem como a sua casa, que fica às margens do rio. Assim ele fala do prazer que o rio lhe proporciona:

[...] gosto demais dessa beira de rio, é o meu lazer, meu pescadô, lugar de eu pescar é esse aqui, meu navio de pesca, é o lugar pra fazer minha folga. Eu ponho lá meu radinho lá, aí a hora que eu estou de folga, eu vou pra lá, ponho o tamburete lá, sento lá e vou pescar de boa.¹³

Com o chapéu para proteger a cabeça do sol, o Sr. Rui passa os dias no rio, e para matar o calor e a sede tem uma lata de óleo vazia que funciona como um copo, presa a uma corda, a qual imerge no rio para beber água fresquinha. Seus olhos ficam marejados ao falar de sua relação com o rio.

Nos muitos relatos vislumbra-se uma vida a ser reinventada, consciente de que não há nada eterno, nem mesmo a vida em beira de rio. Muitas famílias terão que se adaptar à nova realidade, criar novas margens para seu cotidiano, refazer uma vizinhança, pois alguns deles se mudaram e novas relações sociais serão constituídas.

Quando os moradores perceberam a irreversibilidade dos projetos políticos nacionais que priorizavam a produção energética via construção de barragem, o MAB foi se tornando uma marola, perdendo a vitalidade de um *tsunami*. Há os que dizem que o MAB fracassou por ser imposto aos afetados dessa região como sendo uma liderança vinda de fora, outros avaliam de forma diferenciada, a Sra. Lourdes Neiva da Silva Mesquita, que alega não saber o porquê de ter entrado para esse movimento nem o porquê de ter saído, mas sabe que lá aprendeu a negociar. Seu esposo, o Sr. Sílvio Correia de Mesquita nos conta sobre sua atuação no MAB:

[...] tem muito tempo, nós levém muito preocupado já, né? Nós vai arrumá uma coisa, fica pensano que a barragem pode chegar, né? Vem, num vem, vem, num vem. É uma coisa que cê fica sem sabê o que fazê. Eu num acho isso certo. Mais acho que valeu sim, valeu muito, [sobre sua participação no MAB] é porque eu soube mais negociar. Os meus vizim que eu pude ajuda, eu ajudei muito. Muitos cê pode vê alguém aí, que já falou pr'ocê que eu tenho lutado. Eu tive, né? O privilégio de recebê mais rápido sem

¹³ Rui Corrêa da Paixão. *Depoimento*. Fazenda Paulista, Catalão-GO, 6 fev. 2009.

documento, as veiz, até, inventário feito, já recebi uma parte boa, quase tudo e eu soube como tratar. Eles me trataram melhor, me ouviram melhor, né? E mais amizade que eu deixei, tinha muita gente que eu não conhecia, na fase do movimento, eu não conhecia tanta gente que eu conheci. Tantas pessoa que precisava de ajuda, não tinha condição. Tinha gente que tinha déis ano, vinte ano que não ia em cidade, eu nunca pensava isso, que existia e existiu na berada desse rio.¹⁴

“Aprender a negociar” significou reunir-se inúmeras vezes com o Sefac, solicitar e justificar suas necessidades, envolver a própria empresa na preparação de um futuro melhor para aqueles que ali ficaram. Nem tudo pode ser contemplado, porém podemos enumerar várias conquistas noticiadas pelo Informativo SEFAC.

Entre travessias e (in)certezas, não resta dúvida de que mudar, sair da terra sulcada com muito trabalho, na qual se inscreve o medo no enfrentamento de um futuro incerto, permite a nós, historiadores, não só dialogar com as memórias dos atores sociais em cena como perceber as transformações cujos significados individuais e coletivos se instauram em um clima de aceleradas mudanças, fruto também da instalação do empreendimento, que ora torna possível um registro de como tal situação é vivida pela população (SERRA DO FACÃO, 2007, p. 6).

Com frequência, a construção de uma usina hidrelétrica representou para as populações atingidas pela barragem a destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução no mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.

No relacionamento das empresas do setor elétrico brasileiro com estas populações, prevaleceu a estratégia do “fato consumado” praticamente em todos os empreendimentos, ou seja, os atingidos pela barragem raramente são consultados sobre quais medidas seriam de fato compensatórias, e quando ouvidos, mais raramente ainda seus desejos são levados em consideração.

Enquanto que a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma fonte energética “limpa, renovável e barata”, e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que as populações ribeirinhas tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência. As obras promoveram o

¹⁴ Sílvio Correia de Mesquita. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Pires, Catalão-GO, 31 jan. 2009.

deslocamento forçado destas populações, acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de indenização não assegura a manutenção das condições de vida anteriormente existentes.

Na área das barragens, não raro, ocorreram diversos problemas com a qualidade da água nos reservatórios, afetando atividades como pesca e agricultura, e problemas de segurança das populações, com o aumento dos riscos de inundação abaixo dos reservatórios, decorrentes de problemas de operação. Ainda, grandes quantidades de terras cultiváveis ficaram submersas e, em muitos casos, a perda da biodiversidade foi irreversível.

A obra da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, com mais de 420 famílias atingidas, não é diferente. A sensação que se tem é a de que as famílias não se sentem amparadas nesse processo de deslocamento e se veem constrangidas perante a alternativa de ter que migrar para a cidade.

Ao deslocar as pessoas, promover mudanças irreversíveis no meio ambiente, despertar a organização de movimentos sociais, seja ele autóctone ou não, e provocar alterações e ruptura sociais, a energia elétrica ganha a dimensão de divisor de águas na trajetória de muitas vidas.

A problemática aqui apresentada, na barragem Serra do Facão, tem causado o descontentamento dos agricultores familiares no município de Catalão, o que os levou a questionar a forma de exploração do espaço agrário através da construção de grandes hidrelétricas, dessa forma, eles se organizaram em movimentos contra as políticas que ameaçam a sua permanência na terra. A organização do Movimento dos Atingidos por Barragens na região do Vale do Rio São Marcos significa não só a luta contra a construção da Barragem Serra do Facão, mas também a luta para preservar suas raízes e o direito de continuarem trabalhando com a terra e reproduzirem suas famílias. Também a organização do Movimento dos Pequenos Produtores (MPP) veio reforçar a luta dos pequenos agricultores da região para continuarem em suas terras e fortalecer a agricultura familiar.

Muitos viram no empreendimento a impossibilidade da vida cotidiana, outros já se satisfizeram com as indenizações, houve quem “entregasse nas mãos de Deus” e O responsabilizasse pela obra, os que se perguntaram qual é a utilidade de uma usina hidrelétrica, e os que se recusariam a sair até que as águas inundassem suas terras.

A terra se tornou fértil para tais enfiamentos. A falta de informação sobre o que se pretendia dividiu ainda mais os interesses: de um lado estava a empresa, de outro, uma comunidade insegura, que vê no MAB um amparo, um canal de interlocução com o empreendimento. O MAB foi acusado de ser autóctone, outros disseram que foi um movimento vindo do Sul, mas que veio para atender a uma necessidade da comunidade afetada. Muitas são as estratégias, astúcias e táticas adotadas ao longo desse processo.

O vale do rio São Marcos possui terras férteis, que garantem o sustento de centenas de camponeses que residem na zona rural várias gerações. Nas suas propriedades produzem boa parte do alimento que consomem, e vendem o excedente nas cidades próximas.

Ainda temos como objeto de estudo compreender o que se planejou para estas famílias e o que de fato é vivido por estas que se viram estranguladas a ter que recriar suas vidas. Toda essa mudança gerou para uns, expectativas, para outros, medos, frustrações e incertezas. A priori, concluímos concordando com o autor Renato Queiroz (2007):

[...] Fica-se com a firme convicção de que o enchimento dos reservatórios tem levado ao esvaziamento da vida de milhares de pessoas, a despeito das insuficientes e amiúde equivocadas ações compensatórias a elas dirigidas pelo poder público.

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade – greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas, SP: UNICAMP: Imprensa Oficial, 1999.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.) *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

BURKE, Peter. *Variadas da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. A encenação do popular. In: _____. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000.

- CERTEAU, Michel de. Culturas populares. In: _____. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p. XVII-XXII.
- CHAUÍ, Marilena. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO. Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. *O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- CHARTIER, Roger. Leituras “populares”. In: _____. *Formas e sentido cultura escrita: entre distinções e apropriações*. Campinas. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBBSBAWN, Eric. O sentido do passado. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. Memória-história. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- THOMPSON, E. P. La Sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de classes sin classes? In: _____. *Tradicón, revuelta y consciência de classe: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. p. 13-61.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1 - A árvore da liberdade.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001a.
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In:.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.